

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ AGIC – Associação Portuguesa dos Guias-Intérpretes e Correios de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pedro Coimbra (Vice-Presidente) ➤ Nuno Fazenda (PS) ➤ Hugo Costa (PS) ➤ Jorge Salgueiro Mendes (PSD) ➤ Carlos Silva (PSD) ➤ Bruno Dias (PCP) 	<p>10 de março de 2020</p> <p>Gravada</p>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cristina Leal, Presidente da AGIC, acompanhada por Francisco Bessa (guia-intérprete nacional e correio de turismo) e Carla Braga (guia-intérprete nacional, correio de turismo e formadora), fez a apresentação da entidade, mencionando que a mesma se rege pelo Código de Ética para o Turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT) e fazendo uma pequena explanação das características profissionais, académicas e tributárias dos seus associados. ➤ Informou que a definição de guia-intérprete é dada por uma norma europeia, sendo descrito como o profissional que <i>“interpreta o património cultural e natural na área específica para a qual possui qualificações...”</i> e não se confunde com as funções de um guia turístico. ➤ Mencionou que, de acordo com a Norma Europeia EN 15565:2008, deveria existir um mínimo de requisitos para a 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Jorge Salgueiro Mendes (PSD) – cumprimentou os representantes da AGIC, mencionando ser conhecedor das circunstâncias descritas pela exponente, entendendo que se deveriam criar regras básicas para o desempenho desta atividade e tendo tomado boa nota das sugestões feitas. ➤ Nuno Fazenda (PS) – agradeceu a exposição feita, sublinhou que a qualificação de recursos humanos na área do turismo, bem como o património e a cultura são tidas como prioridades estratégicas e que o Turismo de Portugal tem realizado cursos de formação de guias regionais. Informou, por fim, ter tomado boa nota das solicitações feitas e que as faria chegar à entidade competente. ➤ Bruno Dias (PCP) – cumprimentou a delegação da AGIC, apelando a que fizessem um ponto de situação das múltiplas diligências que têm vindo a fazer ao longo dos anos e das respostas obtidas. No respeitante às preocupações levantadas, questionou se faria sentido a Inspeção Geral das Atividades Económicas ou a ASAE terem alguma margem de intervenção. Pede esclarecimentos adicionais quanto à articulação existente entre os profissionais de correios turismo que acompanham a determinado destino e os que 		

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

<p>formação de guias-intérpretes, entendendo que esta norma não é devidamente aplicada no regime português.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Com efeito, aludiu ao fato de existirem várias pessoas a venderem os seus serviços de guias, pela internet e que (i) não têm qualificações para o fazer, (ii) não têm atividade aberta e (iii) não pagam contribuições.➤ Para esta situação contribuíram a liberalização desta profissão e a inexistência de um registo nacional de profissões de informação turística.➤ Pelo que, por uma questão de equidade entre profissionais deste setor, entende que deveria ser obrigatório o respetivo registo profissional, à semelhança do que acontece noutros países da EU.	<p>recebem os turistas e o âmbito de intervenção de cada um.</p>
<p style="text-align: center;">O que pretendem ver regulamentado</p>	
<ul style="list-style-type: none">➤ Reconhecimento da profissão de guias-intérpretes, mediante a criação de um regime que inclua a formação e a certificação destes profissionais.	
<p style="text-align: center;">Respostas às questões dos Deputados:</p>	
<ul style="list-style-type: none">➤ Apesar de o Decreto-Lei 37/2015, de 10 de março prever a criação da Comissão de Regulação de Acesso a Profissões, tal nunca chegou a ser concretizado, o que por si seria um avanço positivo.➤ Muito embora reconheçam que a tendência europeia seja no sentido da liberalização, entendem que deveriam ser criadas linhas orientadoras da profissão e a certificação dos seus profissionais, até para proteção dos direitos do próprio consumidor.➤ Inexistindo regras específicas de enquadramento legal deste setor, entidades como a ASAE ou a Inspeção Geral das Atividades Económicas dificilmente	

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

poderão proceder à sua fiscalização.

- A formação de guias-intérpretes deve ser ministrada de acordo com as indicações europeias e compreender 60% de formação académica e 40% de formação prática, devendo esta última ser ministrada por guias-intérpretes, no ativo.
- Foi reforçada a necessidade de certificação de profissionais, tendo sido dado como exemplo de boas práticas nacionais e que deveria ser estendida ao resto do território, a rota do românico, que formou os seus próprios guias-intérpretes do território.
- No respeitante à atividade de correios de turismo, quando trabalham no estrangeiro estão cientes e cumprem os códigos éticos e morais do local. No entanto, o mesmo não pode ser assegurado quanto aos correios de turismo que, originários do estrangeiro, se deslocam a Portugal.

Deputado Pedro Coimbra
Vice-Presidente da Comissão